

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Antonio Antunes Coimbra Araújo Pedrosa

Universidade Aberta do Brasil

<https://orcid.org/0009-0003-6049-8488>

Eliakim Zvi Cosme Kosmann Gadelha

Secretaria Municipal de Educação

<https://orcid.org/0009-0005-6934-5845>

Symon Tiago Brandão de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

<https://orcid.org/0000-0003-2899-9664>

RESUMO:

O texto objetiva apresentar reflexões acerca das aulas de Educação Física escolar e os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para isso, utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica, também chamada revisão de literatura, a qual envolve a análise e síntese de diversas fontes bibliográficas. Na pessoa com TEA, percebem-se certas limitações que dificultam a organização de pensamentos e ações, dificuldade de interação e comunicação social, e ainda a repetição de movimentos, comportamentos e interesses, o que pode dificultar o processo de adaptação às atividades e ao ambiente escolar. Mas, a Educação Física escolar contribui com o desenvolvimento do aluno com TEA, pois pode proporcionar a melhoria das habilidades motoras, sociais e de competências para a vida diária. Dessa forma, concluímos que a Educação Física escolar apresenta caminhos que auxiliam no aprimoramento dos alunos com TEA junto a uma equipe multiprofissional.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Educação Física escolar.

Abstract

The text aims to present reflections on school Physical Education classes and students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The methodology used was a bibliographical review, also known as a literature review, which involves analysing and synthesising various bibliographical sources. People with ASD have certain limitations that make it difficult to organise thoughts and actions, difficulty interacting and communicating socially, as well as repeating movements, behaviours and interests, which can make it difficult to adapt to activities and the school environment. However, school physical education contributes to the development of students with ASD, as it can improve motor and social skills and skills for daily life. In this way, we conclude that school physical education offers ways to help improve students with ASD in a multi-professional team.

Keywords: Inclusion. Autism Spectrum Disorder. School Physical Education.

Resumen

El texto tiene como objetivo presentar reflexiones sobre las clases de educación física escolar y los alumnos con Trastorno del Espectro Autista (TEA). La metodología utilizada fue la revisión bibliográfica, también conocida como revisión de la literatura, que consiste en analizar y sintetizar diversas fuentes bibliográficas. Las personas con TEA presentan ciertas limitaciones que dificultan la organización de pensamientos y acciones, dificultad para interactuar y comunicarse socialmente, así como la repetición de movimientos, comportamientos e intereses, lo que puede dificultar su adaptación a las actividades y al entorno escolar. Sin embargo, la educación física escolar contribuye al desarrollo de los alumnos con TEA, ya que puede mejorar las habilidades motoras, sociales y para la vida diaria. De esta forma, concluimos que la educación física escolar ofrece formas de ayudar a mejorar a los alumnos con TEA en un equipo multiprofesional.

Palabras clave: Inclusión. Trastorno del Espectro Autista. Educación física escolar.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano está interligado aos aspectos individuais e a contextos diversificados, pelos quais os indivíduos se percebem e se constroem no âmbito das relações sociais. Para isso, é preciso que ocorram vivências coletivas que possibilitem o processo de construção. Na escola, por mais que algumas atividades sejam propostas para serem realizadas de forma individual, elas são construídas na interface para a vida em sociedade, em que as dinâmicas de interação vão ocorrendo quase que a todo instante.

É nesse ponto que chamamos a atenção, pois a exclusão social é uma realidade enfrentada por muitas pessoas cotidianamente, entre elas podemos mencionar as Pessoas com Deficiência (PcD) ou com algum transtorno, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o qual é:

[...] um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Sinais de alerta no neurodesenvolvimento da criança podem ser percebidos nos primeiros meses de vida, sendo o diagnóstico estabelecido por volta dos 2 a 3 anos de idade. A prevalência é maior no sexo masculino. A identificação de atrasos no desenvolvimento, o diagnóstico oportuno de TEA e encaminhamento para intervenções comportamentais e apoio educacional na idade mais precoce possível, pode levar a melhores resultados a longo prazo, considerando a neuroplasticidade cerebral (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, s/d, n.p.).

No ambiente escolar ocorrem diversas interações sociais, como nas brincadeiras na hora do intervalo, na escolha de grupos para realizar trabalhos e tarefas, ensaios para apresentações artísticas, assim como, nas atividades propostas nas aulas. Apesar disso, a escola ainda é um ambiente em que várias vezes a exclusão se desvela em diferentes contextos, e é preciso estar atento quanto a isso.

Em nossa trajetória profissional, como estudantes e professores de Educação Física, tivemos alguns alunos com TEA e percebemos certas limitações que dificultam a organização de pensamentos, ações e emoções, dificuldades relacionadas a interação e comunicação social, e ainda a repetição de movimentos, comportamentos e interesses, o que pode dificultar o processo de adaptação as atividades e ao ambiente escolar.

A respeito da interação e comunicação social, é viável ressaltar que a Educação Física escolar em muito pode contribuir com o desenvolvimento dos discentes a partir das práticas corporais coletivas propostas durante as aulas, despertando o sentimento de acolhimento e pertencimento, ou seja, atinente como parte de um todo. Isso ocorre através das trocas múltiplas de saberes que estimulam a formação total do indivíduo.

A inclusão segundo Sasaki (1997) é um processo com variações intrínsecas e extrínsecas sobre o ambiente físico e mental. Pensando assim, sabemos que a inclusão é um desafio em todas as disciplinas, mas como professores de Educação Física nos questionamos quais discussões são tecidas nesse âmbito.

Pedrosa *et al.* (2022) menciona que:

Os professores de Educação Física precisam ter o conhecimento acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA) destrinchados nas disciplinas de graduação e pós-graduação, assim também como as instituições de educação devem proporcionar aos professores cursos que incorporem o debate no que diz respeito a temática, propiciando a qualificação aos mesmos e esses devem por se buscarem entender esse universo para assim cumprir com mister o papel da Educação Física no âmbito escolar (Pedrosa *et al.*, 2022, p. 2).

Ressaltamos que os professores de Educação Física precisam se atentar a desenvolver em suas aulas as potencialidades dos alunos com TEA, incluindo-os em todas as atividades pedagógicas, buscando recursos para a mediação e propiciando um ambiente inclusivo para a aprendizagem.

Pensando assim, é necessário trazer para o âmbito acadêmico o debate acerca da Educação Física escolar e sobre o Transtorno do Espectro Autista, pois são nas universidades que os saberes científicos começam a ser

produzidos, para posteriormente serem desmembrados e perpassados para as outras esferas da educação.

Em relação a pessoa com TEA, a inclusão na escola de crianças com tal diagnóstico provoca discussões frequentes sobre formas possíveis de intervenções pedagógicas para que os alunos de fato estejam incluídos nas atividades diárias que são propostas. Esse processo precisa acontecer a partir de uma rede de apoio entre a escola, a família, e uma equipe multiprofissional, discutindo e compreendendo as limitações e avanços que vão ocorrendo durante o processo educativo.

No caso da Educação Física escolar, em que as atividades práticas propostas, em sua maioria, ocorrem de forma coletiva, nos fazemos alguns questionamentos, quais sejam: Como estão ocorrendo essas aulas, em relação aos alunos com TEA que possuem dificuldade de interação social ou que apresentam alguma outra limitação? Quais caminhos devem ser seguidos? Faz-se necessário adaptações pensando na realidade e vivência de cada aluno?

Estes questionamentos se tornam viáveis, uma vez que para Souza, Pereira e Venâncio (2022), que discutem uma perspectiva inclusiva, todas as disciplinas necessitam de adaptações em seu processo de ensino e aprendizagem para que os alunos que apresentem alguma necessidade participem de todos os momentos.

Dessa forma, este texto tem como objetivo apresentar reflexões acerca das aulas de Educação Física escolar e os alunos com Transtorno do Espectro Autista. Para isso, nos utilizamos de uma abordagem qualitativa do tipo revisão bibliográfica.

Organizamos a escrita desse texto com: Introdução em que traçamos a temática do estudo, a problemática, o objetivo e a justificativa; Percorso metodológico em que definimos o arcabouço utilizado; Resultados e discussão, seção que foi dividida em dois subtópicos, em que no primeiro “O Transtorno do Espectro Autista” são discutidos os conceitos acerca do TEA, e no segundo “Educação Física escolar e a pessoa com TEA: condições e possibilidades” discutimos caminhos e adaptações metodológicas na área supracitada; por fim,

nas Considerações finais retomamos o objetivo, ressaltamos as principais conclusões e apontamos os ensejos e as lacunas do estudo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Foi realizada uma abordagem qualitativa, a partir de uma revisão bibliográfica, também chamada revisão de literatura, a qual envolve a análise e síntese de diversas fontes bibliográficas relacionadas a uma temática específica, baseando-se em estudos, artigos, livros e outras publicações já existentes sobre o assunto escolhido. E ainda que discorre sobre as temáticas pesquisadas dentro de determinado contexto e na apresentação de resultados que elucidam e complementam outros estudos já produzidos (Pereira *et al.*, 2024)

Ainda sobre a revisão bibliográfica, França, Matta e Alves (2012), afirmam que esta possui como propósitos a construção de uma contextualização para a problemática, bem como, analisar possibilidades existentes na literatura consultada para a construção de um referencial teórico da pesquisa.

Assim, foram feitas leituras de pesquisas e discussões sobre a temática Educação Física e TEA. Desse modo, a partir da contribuição de teorias para a construção desse texto, foi possível tecer uma discussão sobre o objeto em tela.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O Transtorno do Espectro Autista

Sobre a expressão autismo, palavra associada a pessoa com TEA, de acordo com Oliveira (2009), “autos” significa próprio, e “ismo” traduz um estado ou uma orientação, ou seja, uma pessoa fechada, reclusa em si, sendo compreendido como um estado ou uma condição, que parece estar fechado em si próprio, ou em seu próprio mundo. Sendo importante ressaltar que o autista já nasce com essa condição, e apesar dos primeiros sintomas serem observados por profissionais até os 3 anos de idade, muitos autistas só obtêm o diagnóstico na vida adulta (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2023).

Historicamente, foi a partir da década de 1940 que os conceitos de autismo, psicose e esquizofrenia eram confundidos, e assim foi durante décadas (Brasil, 2015). Segundo Schmidt (2017), o autismo foi classificado:

[...] pela primeira vez em manuais médicos de classificação no final da década de 1980, sob a denominação Transtorno Autista. Antes disso, o autismo era entendido de maneira psicodinâmica como uma forma de psicose que se manifestava na infância, apresentado na literatura em estudos de casos clínicos, geralmente atendidos por psicanalistas. Assim, os manuais diagnósticos da década de 1950 denominavam o autismo como Reação Esquizofrênica do Tipo Infantil, e não como uma categoria diagnóstica estabelecida a partir de critérios descritivos (Schmidt, 2017, p. 222).

A abordagem utilizada para tal, como descrito acima, era a abordagem psicodinâmica a qual tem o intuito de compreender o funcionamento da mente, ancorada pela teoria psicanalítica.

No documento conhecido como Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua terceira edição é que se percebe o distanciamento dessa abordagem psicanalítica. A edição, trouxe o termo Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), no qual o autismo aparecia incluído entre outras subcategorias (American Psychiatric Association, 2002). Este documento passou por reformulações com o intuito de facilitar o processo de diagnóstico, e o autismo passou a pertencer a uma categoria denominada de Transtornos de Neurodesenvolvimento, junto ao Transtorno de Asperger e o Transtorno Infantil Degenerativo sem outra especificação, apresentando distinções dependendo do nível de gravidade referente ao comprometimento da interação social e comunicação (American Psychiatric Association, 2013).

O trabalho de uma equipe multiprofissional para estabelecer um diagnóstico e uma intervenção de forma precoce, aumentará as chances do indivíduo com TEA desenvolver suas potencialidades e ser incluso na sociedade. O trabalho multidisciplinar no acompanhamento de pessoas com TEA envolve profissionais de diversas áreas como Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia, Pedagogia, Psiquiatria, Terapia Ocupacional, Psicopedagogia, entre outros. A condução da identificação por uma equipe multidisciplinar deve ser realizada de

modo que, segundo Brasil (2015, p. 44) “[...] possa estar com a pessoa ou a criança em situações distintas: atendimentos individuais, atendimentos à família, atividades livres e espaços grupais”.

Segundo Mello *et al.* (2013) as pessoas com TEA, na sua maioria, têm necessidades especiais durante toda a vida, necessitando de cuidados, desde a intervenção precoce até sua velhice. Para Santos (2011, p. 10) o TEA é “uma desordem que dificulta a capacidade da pessoa em se comunicar, de se relacionar e de se adaptar ao ambiente que a rodeia”. Já Gadia (2006) define o TEA como um transtorno complexo do desenvolvimento em relação as questões comportamentais, com diferentes etiologias que se manifestam em graus diferentes, dependendo da sua gravidade.

Halgin e Whitbourne (2015) afirmam que o desenvolvimento do TEA acontece, normalmente, até os quatro anos de idade, para posteriormente apresentar prejuízos cognitivos e neurológicos, e o surgimento de alguns sintomas do autismo. Vale lembrar, que as pessoas são diferentes, e, em vista disso, as características e sintomas na pessoa com TEA se apresentam de forma distintas, o que requer uma observação e acompanhamento diferenciado em cada caso.

Uma vez diagnosticado o TEA, é importante encaminhar os pais aos recursos úteis, o que auxilia na sensação de que existe algo a ser feito. Dentre os recursos, direciona-se que para uma melhor compreensão sobre o transtorno estão as leituras sobre o diagnóstico, que variam muito dependendo do caso, pois as pessoas com TEA, podem apresentar diferentes características. Além disso, deve-se buscar um acompanhamento com uma equipe multiprofissional (Schulman, 2002).

Vale mencionar que historicamente o acompanhamento multidisciplinar não era uma possibilidade, pois:

Do ponto de vista assistencial, as crianças com autismo passaram a maior parte do século XX fora do campo da saúde (COUTO, 2004), sendo cuidadas principalmente pela rede filantrópica (como a Apae e a Sociedade Pestalozzi) e educacional, em dispositivos da assistência social ou em serviços oferecidos pelas próprias associações de familiares.

Alguns poucos tinham acesso a “serviços-ilha” na área da Saúde Mental, geralmente situados em hospitais psiquiátricos ou universitários, que ofereciam tratamento multiprofissional, mas sem articulação com uma rede territorial de serviços, o que é preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental. Outros eram seguidos em regime ambulatorial tradicional, realizado por psiquiatra ou neurologista, com tratamento exclusivamente medicamentoso (Brasil, 2015, p. 22).

No intuito de diminuir a incidência de algumas das características das pessoas com TEA, Bosa (2006) aponta quatro formas básicas para o tratamento:

- I - estimulação de aspectos relacionados a comunicação e socialização;
- II - a estimulação da resolução de problemas e do aprendizado;
- III - ajustes que possam minimizar comportamentos que afetam o acesso às novas experiências do dia a dia;
- IV - o auxílio à família.

Para o desenvolvimento dos quatro aspectos mencionados anteriormente, encontramos em nossas leituras algumas opções que aparecem como alternativas no tratamento das pessoas com TEA, como a psicoterapia, a musicoterapia, e atividades de jogos e brincadeiras, que possam estimular o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social.

Pensando assim, as aulas de Educação Física se apresentam como um momento de interação social, de desenvolvimento motor, além de aspectos relacionados a autoestima, a superação de obstáculos, e o conhecimento de si e do outro. Desse modo, “[...] é desejado que se elimine qualquer tipo de preconceito do ambiente escolar, garantindo o direito e o acesso às aulas de Educação Física escolar de maneira efetiva” (Pereira *et al.*, 2019, p. 3). Mas, é preciso estar atento para que as atividades propostas possam ser adaptadas as realidades e condições de cada aluno, respeitando as limitações e vivências de cada discente. Destarte, no tópico a seguir, trataremos da discussão acerca da Educação Física escolar e a pessoa com TEA.

3.2 Educação Física escolar e a pessoa com TEA: condições e possibilidades

A Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista vem garantir os direitos necessários básicos para da pessoa com TEA, a exemplo, o direito ao trabalho, a moradia, a escola, dentre outros, e ainda, a necessidade de um acompanhante especializado se comprovado, (Brasil, 2012).

A escola deve ser um ambiente acolhedor, que consiga lidar com as diferenças. Para isso é preciso um trabalho de conscientização para que aqueles que fazem a escola, professores, funcionários, alunos e seus responsáveis, possam compreender seus direitos e deveres, ajudando a proporcionar um ambiente harmonioso e livre de preconceitos.

A Educação Inclusiva já é uma realidade vista nas escolas, o que devemos questionar é: Como ela está ocorrendo? Os professores se sentem capacitados para trabalharem com alunos com deficiência ou algum transtorno? Há adaptações metodológicas para atender as necessidades dos alunos? Se sim, como elas ocorrem? Estas são apenas algumas das dúvidas que permeiam o ambiente escolar diariamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), menciona, no Capítulo V, que a Educação Especial é a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996, n.p.). Desse modo, garante o direito dessa modalidade de educação ser ofertada desde a Educação infantil e estendendo-se ao longo da vida, e que quando necessário deve-se ter “serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (Brasil, 1996, n.p.).

Além do mais, a Lei 12.764/12 estabelece que “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos” (Brasil, 2012, n.p.).

A Educação Física, durante muitas décadas, teve tanto a influência militar como também um caráter higienista o que contribuiu para a valorização apenas

de exercícios para alcançar um bom condicionamento físico (Pereira; Gomes, 2018) e tratando o corpo em um simplismo biológico/fisiológico (Pereira; Gomes; Carmo, 2018), o que contribuía para a exclusão das PcD.

Com o passar dos anos as práticas pedagógicas da área evoluíram e hoje a Educação Física “é mais uma ferramenta que pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades na criança com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), em especial, no que cabe às aptidões sociais e motoras” (Neuroconecta, s/d, n.p.). Além disso, Carmo *et al.* (2022) ressaltam que a construção da identidade profissional do professor de Educação Física depende de sua formação, ou seja, dos saberes necessários à prática docente, percebendo a sua atuação com os conhecimentos adquiridos entre teoria e prática.

Acerca dos docentes de Educação Física, espera-se que além de ensinar conhecimentos específicos da disciplina, possam problematizar e refletir sobre valores, normas, maneiras de pensar e padrões de comportamento impostos pela sociedade (Souza; Pereira; Venâncio, 2022). E ainda que: “O(a) professor(a) tem como dever, no processo de ensino-aprendizagem, buscar recursos para a mediação, fazendo com que os grupos interajam, sendo em atividades durante as aulas ou no convívio social fora delas” (Pereira *et al.*, 2019, p. 3).

Complementamos tal pensamento com a afirmação de Caparroz e Bracht (2007) que nos dizem que é preciso que os docentes reflitam e compreendam que a sua práxis pedagógica não está construída, mas está em processo constante de (re)construção, e, para isso é necessário (re)formular suas ações para atender as diferenças e individualidade de cada discente.

Pensando assim, Winnick (2004) chama a atenção para o fato de que a Educação Física escolar deve incluir a corporeidade através do movimento e da ludicidade como aspectos educacionais indissociáveis, e ainda, oferecer oportunidades educacionais que busquem uma efetiva participação e integração social.

Costa, Ferreira e Leitão (2017), sugerem um planejamento participativo em que o professor, ao planejar a sua prática junto ao estudante com TEA, deve

priorizar a contextualização das atividades, e que estas possam ter relação com aquelas que os alunos estão habituados a realizar no dia a dia.

Quanto as atividades nas aulas de Educação Física escolar, Marocco e Rezer (2010) apontam como caminhos a utilização de atividades baseadas nas afinidades do aluno com TEA, não sugerindo vivências longe da realidade daquele aluno, acrescentando gradativamente dificuldades e variações conforme for se adaptando.

Vemos assim, a Educação Física como um componente curricular que é capaz de desenvolver e colaborar com a melhoria das habilidades motoras, sociais e desenvolvimento de habilidades necessárias na vida diária, além de promover uma melhora significativa na qualidade de vida e de hábitos relacionados a saúde. E “Uma das formas de se levar tal consciência aos educandos, é justamente por meio da ação docente de intervenção pelo professor de Educação Física” (Pereira; Souza, 2020, p. 5).

Referente as adaptações metodológicas para atender as necessidades de cada aluno com TEA, o professor de Educação Física pode, por exemplo, modificar as regras de algum esporte; propor jogos e brincadeiras de época (jogos populares); realizar atividades relacionadas a imagens, figuras, desenhos; conscientizar a turma quanto ao cuidado com barulhos excessivos, dentre outras ações.

Munster (2011) reforça ainda que algumas adaptações podem facilitar a comunicação, como por exemplo:

- I - ao falar, se posicionar de frente para o aluno;
- II - fazer uso da expressão facial e do recurso de gestos, de forma simultâneas;
- III - priorizar sempre se posicionar mantendo contato visual com o aluno com TEA;
- IV - estimular o uso de sinais que sejam fáceis de reconhecer para comunicar-se a distância.

Contribuindo também com sugestões, Lieberman (2002) afirma que as adaptações durante a prática das atividades, direciona para os seguintes caminhos que o professor deve seguir ao se trabalhar com alunos com deficiência ou algum transtorno:

- I - estimular a participação do aluno nas tomadas de decisões relativas às variáveis de adaptação, devendo considerar a aceitação ou não das modificações por parte do interessado;
- II- Ofertar diferentes possibilidades de escolha entre as variáveis de adaptação para que o aluno se sinta confortável com o uso de determinado equipamento ou a realização de alguma atividade ou movimento;
- III- Incentivar e garantir a participação do aluno com necessidades, mesmo que seja necessária alguma assistência física, desde que o aluno se sinta confortável para realizar;
- IV- Propor a mesma diversidade de jogos, desafios e atividades recreativas, sendo observadas as adaptações caso sejam necessárias;
- V- Incentivar a prática de atividades que possam ser realizadas de forma coletiva sempre que possível.

Os caminhos aqui apresentados têm o intuito apenas de auxiliar os docentes de Educação Física a refletirem sobre como pensarem a sua prática metodológica para que as atividades propostas nas aulas possam atender as necessidades e limitações de cada aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a inclusão, apontamos que os desafios são imensos frente a realidade que a cada dia torna-se mais numerosa e presente nas escolas. Faz-se necessário um debate em âmbito nacional que envolva toda a sociedade brasileira e que possamos olhar para o amanhã com perspectivas positivas e concretas acerca desse tema.

A escola é um espaço importante no processo de efetivação da inclusão. Mas, para que isso ocorra, é necessário um modelo de ensino e aprendizagem que vislumbre também adaptações metodológicas que percebem e atendem as diferenças entre os sujeitos.

Sabemos que a responsabilidade de criar condições favoráveis à inclusão de alunos com TEA não é competência exclusiva do professor. É preciso conscientizar a população dessa realidade, mas para isso todos aqueles que

fazem a escola devem assumir o compromisso de procurar entender; mudar suas ações e atitudes; ajudar; tornando-a um ambiente acolhedor, para que a criança com TEA também se sinta mais independente, vivendo com igualdade no seu contexto social.

A Educação Física Escolar tem um papel fundamental na vida escolar do aluno, pois estimula o prazer dos movimentos a partir de atividades lúdicas, proporcionando uma ampliação das capacidades físicas, motoras, cognitivas, sociais e afetivas.

Para o aluno com TEA, que na maioria dos casos apresentam dificuldade de socialização, concluímos que a Educação Física escolar oferece diferentes possibilidades de interação coletiva nos jogos e brincadeiras, nos esportes, nas dinâmicas em grupos, despertando a afetividade coletiva. A partir dessas possibilidades o aluno é capaz de se descobrir, de se desafiar, de se construir através da relação com o outro e com o ambiente em que ocorrem as atividades.

Pensando assim, o professor de Educação Física tem grande importância no processo de desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais. Cabe ressaltar ainda que diante dos benefícios que a Educação Física propicia aos alunos com TEA, chamamos a atenção para a necessidade de transformações no processo de formação de professores para que os mesmos se sintam cada vez mais preparados para trabalhar com alunos com TEA, adaptando suas atividades para atender as necessidades dos alunos, a fim de oferecer um ensino digno e de qualidade a esse público, proporcionando resultados superiores para todas as partes envolvidas.

Chamamos a atenção que tal estudo não tem o intuito de esgotar a discussão sobre a temática da Educação Física escolar e dos alunos com TEA, mas pretende mostrar caminhos e possibilidades para que os professores possam compreender e refletir sobre a sua prática pedagógica.

Acredita-se que esta investigação poderá contribuir não apenas com o campo da Educação Física escolar, mas também com outras áreas afins que buscam alternativas que possam contribuir com o desenvolvimento dos discentes com TEA.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-IV-TR*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders - DSM-5*. 5. ed. Washington: American Psychiatric Publishing, 2013.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28(Supl I), p. S47-53, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=V%20%2D%20oferecer%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil,vinculados%20pela%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20%C3%A0. Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 29 maio 2024.

BRASIL. *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na rede de atenção psicossocial do sistema único de saúde*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

CAPARROZ, Francisco Eduardo; BRACHT, Valter. O tempo e o lugar de uma didática da educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-37, jan., 2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/53>. Acesso em: 13 maio 2017.

CARMO, Klertianny Teixeira do; LIMA, Eliaquim de Sousa; DODÓ, Aline Menezes; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes. A prática docente na educação física: caminhos para sua (res)significação. *Poíesis Pedagógica*, Catalão, v. 20, p. 139–151, 2022. DOI: 10.69532/2178-4442.v20.74611.

Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/74611>.
Acesso em: 10 jun. 2024.

COSTA, Camila Rodrigues; FERREIRA, Mariana Oliveira; LEITÃO, Marcelo Crepaldi. Aulas de educação física: inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista. *Revista Educação Online*, Rio de Janeiro, n. 26, set-dez 2017, p. 80-96. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/341>. Acesso em: 10 maio 2024.

FRANÇA, Cristineide Leandro; MATTA, Karen Weizenmann da; ALVES, Elioenai Dornelles. Psicologia e educação a distância: uma revisão bibliográfica. *Psicologia: Ciência & Profissão*, v. 32, n. 1, p. 4-15, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2820/282022731002.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

GADIA, Carlos. *Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Cartilha do autista. Secretaria da pessoa com deficiência. 2023. Disponível em: <https://www.sepd.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/cartilha-do-autista.pdf>. Acesso em 29 maio 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. Secretaria da Saúde. s/d. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-Espectro-Autista-TEA>. Acesso em: 29 maio 2024.

HALGIN, Richard; WHITBOURNE, Susan Karauss. *Psicopatologia: perspectivas dos transtornos psicológicos*. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

LIEBERMAN, Lauren J. *Strategies for Inclusion: a handbook for Physical Educators*. Champaign: Human Kinetics, 2002.

MAROCCO, Vanessa; REZER, Carla dos Reis. Educação Física e Autismo: relações de conhecimento. In: Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 5, 2010, Santa Catarina. *Anais do V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte*. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/sulbrasileiro/vcsbce/paper/eWFile/1967/1056>. Acesso em: 9 maio 2024.

MELLO, Ana Maria S. Ros de; ANDRADE, Maria América; CHEN HO, Helena; DIAS, Inês de Souza. *Retratos do autismo no Brasil*, 1ª ed. São Paulo: AMA, 2013.

MUNSTER, Mey de Abreu Van. *Educação física especial e adaptada*. Batatais: Ação Educacional Claretiana. Batatais: Claretiano, 2011.

NEUROCONNECTA. *Educação Física e seu papel no autismo*. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/educacao-fisica-e-seu-papel-no-autismo/#:~:text=No%20caso%20de%20crian%C3%A7as%20com,%2Dse%2C%20vestir%20uma%20roupa>. Acesso em 27 maio 2024.

OLIVEIRA, Andreia Margarida Boucela Carvalho de. *Perturbação do espectro de autismo: a comunicação*. Porto: ed. Porto, 2009.

PEDROSA, Antonio Antunes Coimbra Araújo; OLIVEIRA, Leilde Ramos de; LIMA, Alexandra Inácio; RORIGUES, Ana Cristina; OLIVEIRA, Marcílio Bruno de. Educação física e alunos com transtornos do espectro autista: provocações e reflexões. **XXVII Semana universitária**, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://semanauniversitaria.uece.br/anais/paginas/detalhesTrabalho.jsf>. Acesso em: 27 maio 2024.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; GOMES, Daniel Pinto. Educación Física en Brasil: recorrido histórico educativo de 1851 a 2017. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, v. 22, n. 238, p. 94-101, 25 mar. 2018. Disponível em: <https://efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/93>. Acesso em: 28 maio 2024.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; GOMES, Daniel Pinto. CARMO, Klertianny Teixeira do. Epistemologia sul-corpórea: por uma pedagogia decolonial em educação física. *Revista Cocar*, [S. l.], n. 4, p. 93–117, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1550>. Acesso em: 26 maio 2024.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do; COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Educação Indígena: o que se tem pesquisado?. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 16, n. 38, p. e15850, 2024. DOI: 10.28998/2175-6600.2024v16n38pe15850. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/15850>. Acesso em: 25 set. 2024.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; SOUZA, Symon Tiago Brandão de. El discurso de los docentes de Educación Física sobre su práctica pedagógica en salud: Un estudio en la Red Municipal de Fortaleza, CE. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, v. 25, n. 267, p. 21-34, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://efdeportes.com/efdeportes/index.php/EFDeportes/article/view/1737>. Acesso em: 22 maio 2024.

PEREIRA, Sabine Antunes; BIZO, Natália Júlia; FERRAZ, Diana da Silva; PAIVA, Danilo Santos de; BENTO-SOARES, Daniela. Educação física escolar para crianças com Transtorno do Espectro Autista: contribuições para professores(as) de educação física. *Revista Saber Acadêmico*, Presidente Prudente, n. 28, p. 2-15, jul./dez. 2019. Disponível em:

https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200904093818.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

SANTOS, Jose Ivanildo F. dos. *Educação Especial: Inclusão escolar da criança autista*. São Paulo, All Print, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos? *Psicologia em Estudo*, vol. 22, núm. 2, julho-, 2017, pp. 221-230. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287176492010>. Acesso em: 13 maio 2024.

SCHULMAN, Cory. Bridging the process between diagnosis and treatment. In: GABRIELS, Robin L.; HILLS, Dina E. *Autism – From Research to Individualized Practice*. London: Jessica Kingsley Publishers, 2002, p. 25-45.

SOUZA, Symon Tiago Brandão de; PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes; VENÂNCIO, Luciana. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, [S. l.]*, v. 4, p. e48178, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8178>. Acesso em: 14 maio 2024.

WINNICK, Joseph P. *Educação Física e Esportes Adaptados*. 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004.